

O PALEOLÍTICO DE MELGAÇO

Vestígios arqueológicos dos primeiros habitantes do Concelho

João Pedro Cunha-Ribeiro¹, Sérgio Monteiro-Rodrigues², Eduardo Méndez-Quintas³, Alberto Gomes⁴, José Meireles⁵, Alfredo Pérez-González⁶, Manuel Santonja⁷

A Arqueologia, que procura conhecer o passado do homem a partir dos mais diferentes vestígios materiais da sua atividade que até nós perduraram, a Antropologia Física, que se centra no estudo e comparação das suas ossadas, e a Biologia Evolutiva há muito que reconheceram a origem africana dos primeiros seres humanos. Por diferentes vias acabaram assim por confirmar a premonição avançada pelo cientista inglês Charles Darwin que, em pleno século XIX, havia já sugerido que a procura dos nossos mais antigos antepassados deveria ser dirigida para as regiões onde ainda hoje sobrevivem os primatas superiores que entre todos animais visivelmente mais próximos se encontram de nós: os chimpanzés e os gorilas.

Como e quando a partir daí os primeiros homens evoluíram e se espalharam pelos vários continentes, porque o fizeram, são ainda hoje questões que suscitam acesos debates, sendo apenas consensual, pela sua evidência, que somos sem dúvida a única espécie que de uma forma bem-sucedida conseguiu ocupar e adaptar-se às mais diferentes regiões habitáveis do planeta. Certo é também que essa diáspora conheceu diferentes ritmos e foi marcada por alterações climáticas que não deixaram de condicionar a própria evolução humana, podendo ter chegado mesmo em determinados momentos a pôr em perigo a sua sobrevivência.

A sucessão de fases frias e áridas, intercaladas por períodos quentes e húmidos mais curtos, não deixou de se refletir de forma diferenciada na modelação dos territórios e das paisagens que a eles se foram associando. Os rios viram por vezes os seus caudais variarem significativamente, alternando fases de encaixe e erosão do seu leito com outras em que o seu curso serpenteava por vales bem mais assoreados. A cobertura vegetal, por seu turno, foi-se também mudando, tanto permitindo o

¹ Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa; Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa (UNIARQ); Lab2pt; jpcunharibeiro@letras.ulisboa.pt

² Faculdade de Letras, Universidade do Porto; Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (CITCEM); sergiomonteirorodrigues@gmail.com

³ Faculdade de Letras, Universidade do Porto; Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território (CEGOT); albgomes@gmail.com

⁴ Escuela Interuniversitaria de Posgrado en Evolución Humana, Universidad de Burgos; Centro Nacional de Investigación sobre la Evolución Humana (CENIEH); eduardo.mendez.quintas@gmail.com

⁵ UMinho; Lab2pt; jmeireles@uaum.uminho.pt

⁶ Centro Nacional de Investigación sobre la Evolución Humana (CENIEH), Burgos; alfredo.perez@cenieh.es

⁷ Centro Nacional de Investigación sobre la Evolución Humana (CENIEH), Burgos; manuel.santonja@cenieh.es

aparecimento de paisagens abertas, com predomínio de plantas herbáceas rasteiras, como dando lugar a charnecas, pequenos bosques ou densas florestas, condicionando a par das condições climáticas que prevaleciam o tipo de fauna que por essas paisagens ia variando.

Dependendo estes primeiros homens dos recursos que a natureza lhes propiciava para suprirem as suas necessidades alimentares básicas, eram obrigados, porém, a fabricar rudes ferramentas em madeira, osso, corno ou pedra para obterem e processar minimamente os seus alimentos. Mas se a utilização de matérias-primas de origem orgânica só muito excepcionalmente se encontra documentada pela Arqueologia, dada a dificuldade da sua conservação, as ferramentas em pedra são na maior parte dos casos o único testemunho destes nossos antepassados que até nós chegou. Trata-se de objetos em pedra transformados por talhe. Isto é, lascados através da percussão de uma pedra por outra pedra ou matéria prima com uma dureza que permita fracturar a primeira pedra, servindo assim como percutor ou martelo. Daí resultava a definição de gumes cortantes ou a configuração volumétrica de ferramentas em pedra susceptíveis de poderem desenvolver determinado tipo de funções – cortar, raspar, furar... - ou reunir mesmo num único utensílio características multifuncionais.

Constituindo estas pedras assim lascadas o principal vestígio arqueológico, quando não mesmo o único, que até nós chegou destes nossos longínquos antepassados, não admira que muito precocemente eles tenham sido associados à existência de uma Idade da Pedra. Distinguindo-se uma fase inicial bem mais prolongada no tempo, em que o fabrico era quase exclusivo de utensílios de pedra lascada e se associava ao Paleolítico (pedra antiga), por oposição ao subsequente aparecimento de utensílios em pedra polida, com o Neolítico (pedra nova).

A forma como foram evoluindo e se complexificaram os processos técnicos de fabrico dos utensílios líticos talhados e as diferentes estratégias de aproveitamento dos recursos para o efeito disponíveis, constituem ainda hoje duas das principais vias de investigação que os arqueólogos seguem para o estudo destas primitivas sociedades humanas. Isto sem abdicarem de recorrerem, sempre que possível, às mais sofisticadas técnicas de datação para determinar a cronologia e sucessão das realidades conhecidas e procurarem, quando tal ocorre, cruzar os dados da arqueologia com as ossadas de animais e os pólenes de plantas a eles associados. Chega-se, por vezes, a procurar correlacionar os testemunhos arqueológicos existentes com os pólenes de plantas recolhidos em locais geograficamente próximos e que deles sejam relativamente contemporâneos. É o que sucede, por exemplo, com a análise dos pólenes depositados nos fundos marinhos das plataformas continentais adjacentes, por forma a procurar determinar as condições ambientais em que decorria a vida destes nossos longínquos antepassados e os recursos de que dispunham nas áreas terrestres adjacentes. Num trabalho de investigação recentemente publicado tentou-se mesmo identificar indícios genéticos da presença do homem ou de outros animais em sedimentos onde não havia sido possível a conservação de qualquer tipo de ossadas, através do reconhecimento de vestígios do respetivo ADN mitocondrial, abrindo eventuais caminhos para investigações até há pouco inimagináveis (Slon *et alii*, 2017).

Estas pesquisas desenvolvem-se naturalmente em áreas de investigação de ponta, nem sempre fáceis de aplicar de uma forma generalizada, mas conduzindo frequentemente à realização de descobertas que pela sua novidade chegam a ter um impacto mediático a nível global, revendo por vezes anteriores cronologias e interpretações ou abrindo ainda promissores caminhos sobre o conhecimento do nosso passado.

De acordo com os dados que se conhecem na atualidade, sabe-se que os primeiros homens apareceram na África Oriental há 2,8 Milhões de anos e apenas chegaram à Europa há 1,4 Milhões de anos. Curiosamente, os mais antigos vestígios da presença do homem na Europa situam-se na Península Ibérica, encontrando-se representados por um escasso número de sítios onde apareceram utensílios líticos talhados constituídos por lascas e calhaus sumariamente transformados por talhe, muito similares aos que acompanharam o reconhecimento da presença dos primeiros homens em África. Discute-se, porém, se estes primeiros colonizadores da Europa chegaram à Península Ibérica vindos diretamente de África através do estreito de Gibraltar ou contornando o Mediterrâneo a partir do Próximo Oriente.

Em todo caso, a presença do homem paleolítico na Ibéria encontra-se bem melhor documentada quando há quase meio milhão de anos se começam a multiplicar por toda a Península os vestígios de utensílios líticos tecnologicamente mais elaborados, associados às chamadas indústrias acheulenses do Paleolítico Inferior (Santonja Gomez e Pérez-González 2010). Se estas novas realidades arqueológicas surgiram localmente, através da evolução das frustes indústrias líticas produzidas pelos primeiros homens que se tinham anteriormente estabelecido na Europa, ou até cá chegaram trazidas por uma nova vaga vinda de África, onde estas novas indústrias eram já conhecidas há mais de um milhão de anos, é também motivo de debate que divide os investigadores.

O intervalo de tempo que separa estas duas realidades arqueológicas conhecidas na Ibéria torna defensável qualquer uma das hipóteses admitidas, embora o reconhecimento de características relativamente evoluídas entre algumas das primeiras indústrias acheulenses que aí aparecem, muito depois de conhecidas em África, não deixe de tornar provável a ocorrência de uma segunda vaga colonizadora da Europa.

Mas para além de estas indústrias se encontrarem representadas na Península de uma forma muito mais expressiva, elas correspondem a uma realidade tecnologicamente mais complexa da produção de utensílios líticos talhados, caracterizando-se pela presença de instrumentos em pedra diversificados, destacando-se entre eles os chamados bifaces, os machados de mão e os picos.

Originalmente designados como *coups-de-poing* (Mortillet, 1883), os bifaces correspondem a artefactos criados pela justaposição de duas faces tendencialmente definidas por talhe, o que justifica a sua atual e corrente denominação. Dessa deliberada configuração resultava a formação de um gume periférico determinado pela intersecção das suas duas faces e o destacar de uma extremidade em geral apontada, por vezes arredondada ou, mais raramente, em bisel terminal. Manufaturados frequentemente a partir da transformação por talhe de seixos rolados

de quartzite ou de quartzo com as dimensões e a morfologia para o efeito mais adequadas, mas recorrendo-se também frequentemente à utilização como suportes de grandes lascas com características similares igualmente apropriadas, os bifaces evidenciam em geral a combinação numa única peça de diferentes áreas de atividade que testemunham de forma clara a sua potencial multifuncionalidade. Talvez esta característica, que levou José Leite de Vasconcelos (1858-1941) a sugerir a sua denominação em português como “faz tudo”, permita explicar a sua presença na maior parte das regiões do Velho Mundo por onde então o homem paleolítico se dispersou e durante um período de tempo que mais nenhuma outra tecnologia criada pelo homem conheceu. E se esta realidade é bem o testemunho da sua eficácia, da configuração volumétrica por talhe dos bifaces resulta ainda a definição de silhuetas e perfis onde o equilíbrio entre a forma dos seus dois bordos e das suas duas faces deixa antever não raras vezes a procura de uma manifesta simetria, nalguns casos bastante bem conseguida e associada a um apuro morfológico impressionante.



Fig. 1 – Biface fabricado a partir de um seixo rolado de quartzito recolhido na jazida das Carvalhas, do Concelho de Melgaço (*Locus 2*)

Os machados de mão, por seu turno, são em geral menos numerosos do que os bifaces, correspondendo a um utensílio cuja produção visa definir uma zona ativa bem delimitada, constituída por um gume cortante que é criado no próprio momento em que é extraída a própria lasca que lhe serve de suporte (Tixier, 1957). O gume resulta da intersecção da face inferior da lasca a partir da qual ele é produzido, que corresponde à sua superfície de separação da massa nuclear (núcleo) donde foi deliberadamente retirada por talhe, com a sua face superior. Esta tanto pode ser constituída pela superfície cortical original do núcleo, como pelo negativo de uma outra lasca previamente obtida para definir esse mesmo gume. Em qualquer dos casos é manifesta a predeterminação da zona funcional ativa do utensílio pelo artífice paleolítico no momento da obtenção da lasca. Quer seleccionando a morfologia original do seixo que escolheu como núcleo para dele extrair a pretendida lasca, quer definindo com a prévia extração de uma primeira lasca a criação de um negativo que ao ser recortada pela segunda lasca permite a definição do gume cortante que caracteriza estes utensílios. Todo o trabalho subsequente visa a adequação da peça a uma eficaz utilização do gume através da sua manipulação pela mão humana, limitando-se muitas vezes tal operação a uma regularização mínima dos seus bordos laterais ou, mais raramente, a uma mais ampla definição de uma volumetria adequada à sua desejada ergonomia.

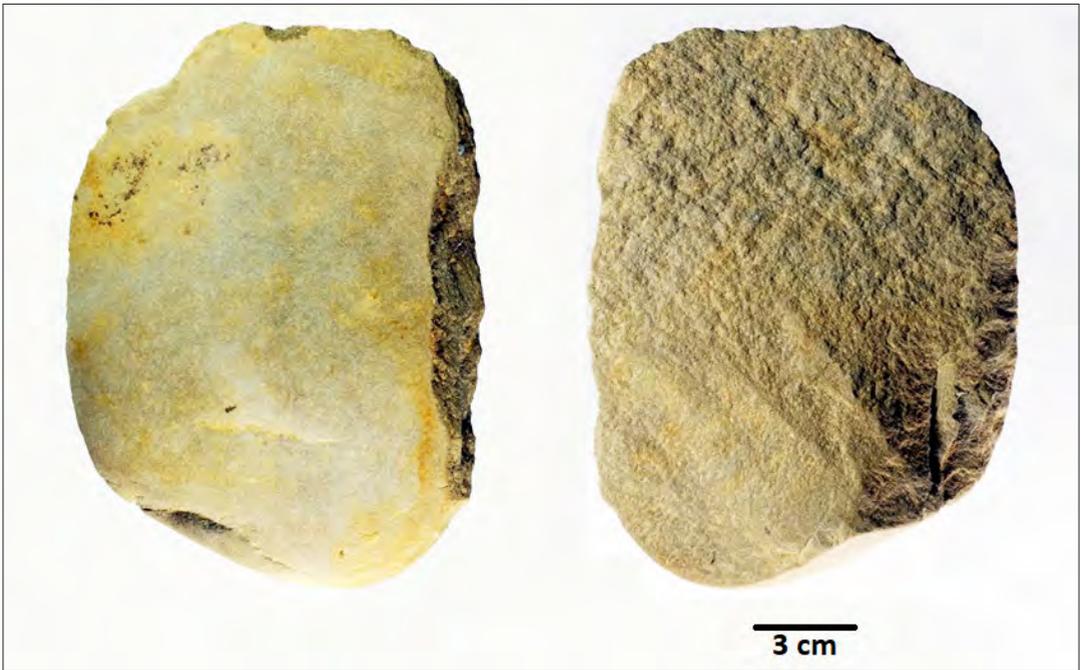


Fig. 2 – machado de mão em quartzito recolhido na jazida das Carvalhas, do Concelho de Melgaço (*Locus 3*)

Com os bifaces e os machados surgem ainda picos de morfologia diversificada e um número variável de seixos talhados com gumes definidos numa das suas faces ou em ambas (uni ou bifaciais), que formam no seu todo um conjunto de utensílios nucleiformes de grandes dimensões que de maneira variável aparecem em geral associados à presença das indústrias acheulenses nos seus mais diferentes contextos cronológicos e geográficos. Trata-se não só de utensílios que se destacam pelas suas mais expressivas dimensões, mas também pela circunstância de a sua própria configuração assentar em geral na extração de um número variável de lascas por talhe de que resulta a criação de volumetrias que definem as suas zonas funcionais, o que justifica também a sua classificação como utensílios nucleiformes. Estes macro utensílios líticos são ainda acompanhados por utensílios sobre lascas, com morfologias e funcionalidades muito diversas e por vezes mais especializadas, com as suas zonas funcionais tradicionalmente definidas por retoque. Nas regiões onde o quartzito e o quartzo são as matérias-primas preferencialmente ou até quase exclusivamente utilizadas pelo homem paleolítico para o fabrico das suas ferramentas em pedra, como sucede em muitas zonas da Península Ibérica, a presença destes utensílios sobre lasca definidos por retoque é por vezes relativamente escassa. Aparentemente as lascas poderiam ser amiúde utilizadas sem qualquer transformação por retoque, já que os seus gumes originais ofereciam morfologias suficientemente regulares e uma dureza que poderia não justificar a sua regularização.



Fig. 3 – Pico em quartzito recolhido na encosta adjacente à jazida das Carvalhas, do Concelho de Melgaço.

Isto não impediu que os sistemas operatórios de produção de lascas se viessem mais tarde a impor progressivamente à produção de macro utensílios, num contexto de eventual continuidade ou não, marcado por ritmos diferentes e permitindo até a pontual persistência de alguns desses macro utensílios para além do fim das indústrias acheulenses do Paleolítico Inferior. Assistiu-se assim à passagem para o período que os arqueólogos designam por Paleolítico Médio, com a ocupação da Europa pelo homem de neandertal, antecedendo em algumas dezenas de milhares de anos a chegada à Europa de uma nova vaga colonizadora de novo oriunda de África, que até nós conduziu os homens anatomicamente modernos e marcou o início do Paleolítico Superior.

Mas num tempo mesmo longo como este que se reporta aos alvares da própria humanidade, quando nem sempre é possível estabelecer datas muito claras para alguns dos seus eventos mais significativos ou precisar o balizamento dos períodos cronológicos que se sucederam, é indispensável ter como referência os dados cronológicos disponíveis. Mesmo não deixando de reconhecer que a sua validade é frequentemente revista por novas investigações ou pela aplicação de métodos científicos de datação mais eficazes.

Como já se viu, dá-se atualmente como certo que o aparecimento dos primeiros homens em África, acompanhados por rudimentares instrumentos em pedra talhada, ocorreu há 2,8 Milhões de anos e as indústrias acheulenses sugeriram pela primeira vez nessa mesma região há pouco mais de 1,7 Milhões de anos. Por seu turno, os primeiros colonizadores da Ibéria e da Europa, que aqui chegaram por volta de 1,4 milhões de anos, vieram acompanhados por instrumentos de pedra talhada similares aos mais antigos que se conhecem em África. Bem mais tarde, há perto de 500 000 anos, a presença do homem paleolítico surge disseminada por boa parte da Europa e na Ibéria através das suas indústrias acheulenses, que acabarão por ser substituídas por outras realidades tecnológicas quando, entre 300 000 e 200 000 anos, com o advento do Paleolítico Médio se dá a ocupação da Europa pelo Homem de Neandertal.

Com o aparecimento de homens como nós, oriundos também de África, há cerca de 35 000 - 40 000 anos, inicia-se com o Paleolítico Superior a última etapa dos tempos paleolíticos, que terminou há 10 000 anos com o final da última fase glacial. As novas condições ambientais temperadas que a partir de então se instalam levam ao desenvolvimento de estratégias de exploração dos recursos naturais que a prazo, lentamente, conduzem ao definhamento da economia de caça e recolção que até aí imperava.

Mas se no seu conjunto o Paleolítico corresponde assim a 99,6% da história da humanidade, os testemunhos que desses tempos perduraram até nós são inversamente proporcionais à sua duração temporal. Nalgumas regiões são escassos porque o homem só tardiamente lá chegou, noutras as condições geológicas não proporcionaram condições que permitissem a preservação dos seus vestígios materiais ou ainda outras houve em que as condições climáticas a que por vezes foram submetidas impediam até a sobrevivência e fixação de populações humanas.

Na região do Noroeste Peninsular, que abarca o atual território da Região Autónoma da Galiza e do Norte de Portugal, não se descobriram até hoje vestígios arqueológicos que testemunhem de forma clara a presença dos primeiros habitantes da Península (Méndez-Quintas *et alii*, 2013; Méndez-Quintas 2017). Embora não tenham existido condições climáticas ou de outra natureza que impedissem a sua chegada à região, o certo é que alguns achados de rudimentares ferramentas em pedra que aí pontualmente foram associados a essas primeiras vagas colonizadoras não viram até hoje a sua consistência validada pela generalidade dos investigadores. E se não se pode pôr de parte que futuras investigações o venham a permitir, haverá que reconhecer que os testemunhos desses primeiros europeus são escassos, o que também poderá indiciar que se trataria de grupos humanos pouco numerosos, cuja sobrevivência estaria longe de ser garantida. O que igualmente justificaria a descontinuidade que no registo arqueológico peninsular emerge aparentemente entre estes seus primeiros habitantes e a chegada das indústrias acheulenses.

A presença das indústrias acheulenses, pelo contrário, encontra-se assinalada de forma significativa por boa parte da região, à semelhança do que sucede um pouco por toda a Península, muito embora com uma forte representatividade na bacia hidrográfica do rio Minho, sem dúvida a mais importante de todo o Noroeste Peninsular. E se muitos dos seus vestígios correspondem a peças isoladas ou achados de superfície, são também aí conhecidas hoje algumas jazidas arqueológicas que nos oferecem informações pertinentes e de relevo sobre a variedade e complexidade tecnológica das ferramentas de pedra talhada que foram sendo localmente produzidas, sua cronologia e estratégias de aprovisionamento de recursos naturais a que estavam aparentemente associadas. Estes testemunhos arqueológicos concentram-se em particular na região de Monforte de Lemos, na Província de Lugo, na zona de Orense, na província do mesmo nome, e na região do Baixo Minho, que corresponde ao troço do rio que faz fronteira entre a Província de Pontevedra e o Alto Minho português (Méndez-Quintas *et alii*, 2013; Méndez-Quintas 2017).

Em contraponto, o Paleolítico Médio e o Paleolítico Superior, estão bem menos representados em termos geográficos. Na Galiza a sua presença encontra-se essencialmente assinalada nalgumas grutas da Província de Lugo (Fábregas Valcarce *et alii*, 2009). Mais a sul, já em Portugal, vestígios coevos associáveis ao Paleolítico Médio e alguns tecno-complexos do Paleolítico Superior foram recentemente reconhecidos nos trabalhos de minimização de impacto arqueológico que precederam a construção da Barragem do Baixo Sabor, em Trás-os-Montes Oriental (Gaspar *et alii*, 2015).

Independentemente desta distribuição dos vestígios arqueológicos associados ao homem paleolítico no Noroeste Peninsular não poder deixar de se associar a um diferente desenvolvimento das investigações na região, o seu próprio estudo foi condicionado por algumas características não menos marcantes. Desde logo pela centralidade que a bacia hidrográfica do rio Minho e em particular a região do Baixo Minho representou no desenvolvimento dessas investigações.

De acordo com os relatos correntes na bibliografia publicada, os primeiros vestígios de instrumentos de pedra talhada atribuídos ao Paleolítico foram aí encontrados no lugar de Camposancos, no município galego de A Guarda, por padres jesuítas que lecionavam no Colégio local desta ordem religiosa. A sua identificação, estudo e publicação foi, porém, realizado pelo arqueólogo português Joaquim Fontes (1892-1960), em 1925, quando se deslocou A Guarda para proceder ao estudo de gravuras rupestres existentes no vizinho Monte de Santa Tecla.

Não se tratando dos primeiros achados arqueológicos atribuíveis ao Paleolítico que se conheciam no Noroeste Peninsular, como o próprio autor reconhece, a sua presença era, no entanto, inédita na Galiza e na bacia hidrográfica do rio Minho, o que terá justificado a publicação simultânea de um artigo sobre tais achados, em português, no primeiro número da revista *Brotéria Cultural*, publicada à época em Caminha pela Companhia de Jesus (Fontes, 1925a), e de um artigo similar, em castelhano, que nesse mesmo ano saiu no *Boletín Arqueológico de la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense* (Fontes, 1925b).

Cinco anos mais tarde surge uma nova e mais ambiciosa publicação sobre o Paleolítico no Baixo Minho, da autoria de um jovem professor primário natural de Viana do Castelo, Abel Viana (1896-1964), que dava então os primeiros passos numa carreira que o veio a transformar numa figura de referência da Arqueologia em Portugal (Viana, 1930). Entusiasmado pelos estudos da etnografia da região que o exercício do magistério em várias escolas primárias lhe havia propiciado, cedo se tinha interessado também pela arqueologia.

Os achados efetuados por Joaquim Fontes em Camposancos e, mais tarde, no litoral do Minho por Rui de Serpa Pinto e pelo próprio Abel Viana, tinham-no incentivado à prospeção de materiais arqueológicos similares na margem portuguesa no vale do rio Minho. Na Carta Paleolítica do Alto-Minho que publica em 1930 assinala, assim, um total de 20 sítios arqueológicos onde se detetaram diversas peças líticas talhadas associáveis ao Paleolítico. Neles incluindo a jazida de Camposancos, na margem direita do estuário do rio Minho, algumas das jazidas entretanto identificadas no litoral entre a foz do rio Minho e a foz do rio Lima e os achados realizados pelo Padre José Saraiva de Miranda entre os rios Lima e Vez, no sopé da Serra do Soajo, à época ainda inéditos. No vale do rio Minho identifica 9 jazidas paleolíticas onde recolheu diversas peças líticas talhadas, de que apresenta em boa parte dos casos expressivos desenhos e até, pontualmente, algumas fotografias. Cinco das jazidas localizavam-se no Concelho de Caminha, duas no de Vila Nova de Cerveira, uma em Valença do Minho e, mais a montante, assinala ainda uma última jazida, situada no Concelho de Melgaço, identificada na legenda com o topónimo de Pêso.

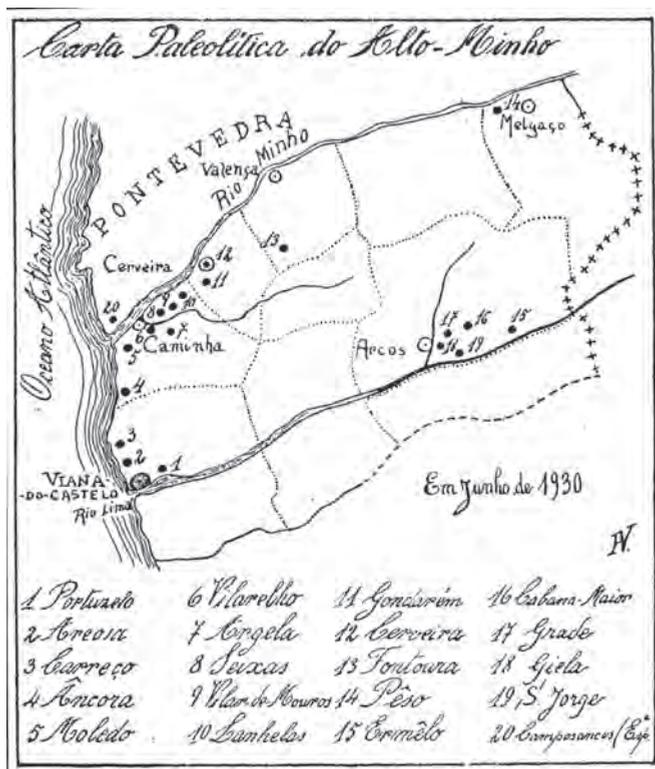


Fig. 4 – Mapa do Alto Minho com a localização dos achados publicados por Abel Viana (Viana 1930)

Pouco tempo depois, em 1934, num trabalho intitulado “Carta paleolítica e epipaleolítica de Portugal”, o Coronel Afonso do Paço (1895-1968), também natural de Viana do Castelo, assinalou de novo a existência da jazida de Peso, no Concelho de Melgaço (Paço, 1934). Na lista de jazidas paleolíticas portuguesas que aí publica antecede-a, porém, de uma outra situada no mesmo concelho, a que atribuiu o número 1, identificando-a com o topónimo de Fiães.

Realizado no final dos anos trinta, o trabalho seguinte que se concentrou na região do Baixo Minho abrangeu as suas duas margens, incidindo, contudo, sobre o estudo dos depósitos detríticos que de forma escalonada se conservam nas vertentes do vale, testemunhando as fases sucessivas de deposição sedimentar e entalhe que o rio conheceu ao longo da última fase de evolução geológica da região (Lautensach, 1945). Estes depósitos, designados como terraços fluviais, correspondem aos vestígios de antigos leitos do rio formados em geral por materiais detríticos mais grosseiros, constituídos por seixos rolados de diversas dimensões, ou por materiais detríticos mais finos,

refletindo as variações do próprio caudal do rio e desenvolvendo-se amiúde em degraus topográficos aplanados que justificam a sua designação como terraços. A importância de estabelecer a relação entre estes depósitos e os vestígios arqueológicos de cronologia paleolítica que deles são frequentemente contemporâneos, havia já sido premonitoriamente realçada por Rui de Serpa Pinto (1907-1933) num sucinto, mas nem por isso menos pertinente, plano de estudos geológicos para a região do Alto Minho (Serpa Pinto 1932).

Este trabalho, realizado pelo geógrafo alemão Hermann Lautensach (1886-1971) no final dos anos trinta, estendeu-se desde a foz do rio Trancoso (no limite da Freguesia de Cristóval, no Concelho de Melgaço), na margem esquerda do rio Minho, até à sua foz. Aí reconheceu a existência de três distintos níveis de terraços fluviais – o terraço inferior, o terraço médio e o terraço superior – cuja origem o autor procurou relacionar com as fases climáticas temperadas interglaciárias em que a elevação do nível médio da água do mar teria determinado o preenchimento aluvionar da zona do vale mais próxima do oceano, correspondente *grosso modo* ao Baixo Minho. Através da ligação possível dos instrumentos de pedra talhados recolhidos na região com tais depósitos pretendeu ainda estabelecer a antiguidade destes últimos, dada a ausência de outros elementos que à época os permitisse datar, nomeadamente pela total inexistência de vestígios de fauna nesses depósitos com acentuada acidez.

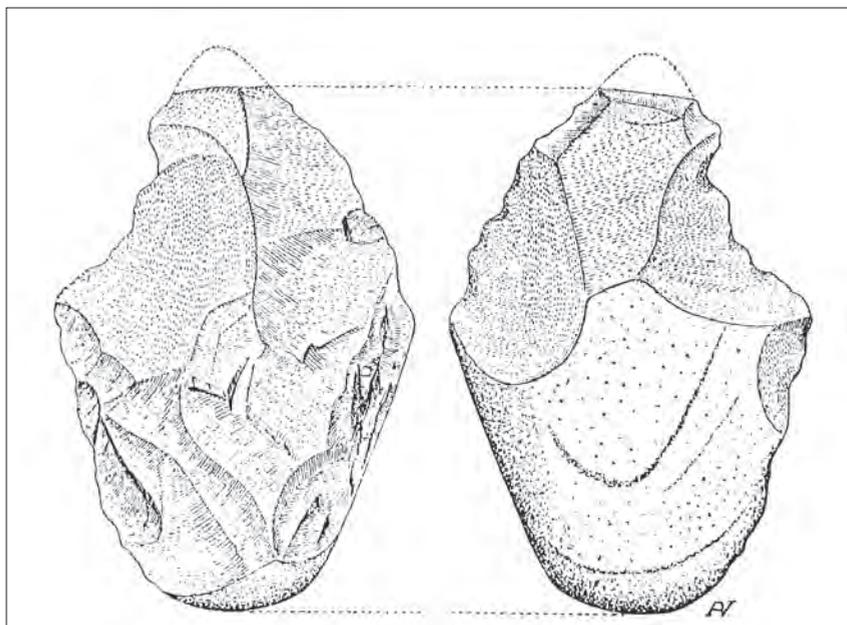


Fig. 5 – Desenho de um artefacto bifacial encontrado por Abel Viana em Pêso, no Concelho de Melgaço (Viana 1930)

Num aturado estudo posterior sobre estes mesmos depósitos de terraços do rio Minho, circunscrito, porém, à margem esquerda portuguesa, o geólogo de origem minhota Carlos Teixeira (1910-1982) veio assinalar a existência de seis distintos níveis de terraços fluviais (Teixeira, 1952). Correlacionou-os com a cronologia de diferentes fases glaciares e de períodos intercalares mais quentes, que corresponderiam a períodos de elevação do nível da água do mar, que a Geologia à época reconhecia e constituíam a ossatura da sua cronologia. A pormenorizada cartografia que então foi publicada dos terraços fluviais, desde a zona de Paços, a montante de Melgaço, até à foz do rio Minho em Caminha, prolongou-se pela zona litoral adjacente que se estende até Viana do Castelo, na foz do rio Lima, com o intuito de correlacionar os terraços fluviais do rio Minho com os depósitos de origem marinha que se estendem por essa zona do litoral, utilizando como base de trabalho a cartografia da região então disponível à escala de 1/50 000.

Já as investigações sobre o Paleolítico no Baixo Minho centraram-se essencialmente, a partir de meados do século XX, na sua margem galega. Os trabalhos de Bouza-Brey (1901-1973) e Álvarez Blázquez (1915-1985) permitiram identificar numerosos achados arqueológicos entre Tui e A Guarda, limitando-se a sua indicação às descobertas correlativas na margem oposta aos locais já assinalados por Abel Viana vinte anos antes, a que se acrescentava um ou outro achado isolado entretanto realizado na zona de Monção e em Ganfei (Bouza-Brey e Alvarez Blázquez, 1953). Na zona mais a montante permaneciam isolados na margem esquerda do rio Minho, na área do Concelho de Melgaço, as estações paleolíticas de Peso e de “Fiais”.

A única alteração significativa que se seguiu a esta situação ocorreu alguns anos depois, quando no início dos anos sessenta se identificou a jazida paleolítica de Gándaras de Budiño, nas margens do rio Louro, a norte de Tui, em Porriño. Mas se os trabalhos aí promovidos por Emiliano Aguirre e outros investigadores permitiram por um lado recolher uma abundante coleção de instrumentos de pedra lascadas inequivocamente associáveis às indústrias acheulenses do Paleolítico inferior (Aguirre, 1964), conduziram à obtenção pelo método do radiocarbono de uma data relativamente recente para tais achados, situada num intervalo entre 26 000 e 18 000 anos antes do presente.

Tais resultados, inusitados, levaram a instalar a ideia de que o Paleolítico do Noroeste Peninsular teria conhecido uma evolução particularmente obsoleta, persistindo até épocas relativamente recentes características tecnológicas há muito abandonadas noutras regiões.

Esta situação só muito lentamente veio, porém, a ser ultrapassada. Primeiro com alguns trabalhos inovadores iniciados nos anos oitenta na estação paleolítica de Gándaras de Budiño, que todavia não vieram a ter o desfecho almejado (Texier e Vidal Encinas, 1981). Depois com as investigações conduzidas em torno das jazidas arqueológicas do litoral minhoto que permitiram questionar os modelos de desenvolvimento unilineares das indústrias paleolíticas locais, valorizando a adoção de modelos adaptativos determinados por condicionamentos locais (Meireles, 1991).

Já na segunda metade da década de noventa, um outro projeto de investigação procurou promover novas prospeções arqueológicas no sentido de correlacionar os materiais nelas identificados com os depósitos de terraços fluviais entretanto também aí individualizados em

função do seu escalonamento altimétrico, reconhecendo-se então um total de oito distintos terraços fluviais. Mas também este ambicioso projeto acabou por se esgotar nos primeiros resultados obtidos (Giles Pacheco *et alii*, 2000).

Bem mais recentemente novos trabalhos contribuíram para uma renovação do estudo da evolução do Baixo Minho e das suas emblemáticas indústrias líticas de cronologia Paleolítica.

Em termos geológicos, entre 2007 e 2013 Willem Veeen desenvolveu em colaboração com diversos outros investigadores um projeto de estudo dos terraços fluviais do Baixo Minho, centrado no controlo tectónico da sua formação a partir da variação cíclica do nível das águas do mar resultante da extensão ou retração dos gelos glaciares ao longo das últimas centenas de milhares de anos (Veeen, 2013). Dessa investigação resultou a identificação de 10 distintos níveis de terraços fluviais e a obtenção de datações absolutas para alguns desses depósitos, com recurso a métodos de datação radiométricos. Considerou-se dessa forma que os quatro terraços mais elevados teriam mais de 780 000 anos, enquanto a antiguidade dos seis mais recentes variaria entre os 650 000 anos e cerca de 60 000 anos.

Não apenas centrados no estudo das formações fluviais de idade quaternária da região, desenvolveram-se paralelamente outros trabalhos de pesquisa com os quais se procurou renovar o estudo das indústrias acheulenses aí representadas. Promovidos por uma equipa de investigadores associados ao Centro Nacional de Investigación sobre la Evolución Humana (CENIEH), sediado em Burgos, este projecto abarcou o estudo de novas e importantes jazidas paleolíticas entretanto identificadas na margem direita do Baixo Minho, bem como a revisão de colecções provenientes de anteriores trabalhos efectuados na jazida de Gandaras do Budiño (Méndez-Quintas *et alii*, 2013 e 2018). Entre as novas jazidas estudadas destaca-se a de Porto Maior, no concelho de As Neves, onde foi identificada uma inusitada concentração de utensílios acheulenses, bem como a jazida de Ó Cabrón, no concelho de Abro. Uma primeira sistematização de tais estudos conduziu mesmo à apresentação, em maio de 2017, de uma tese de doutoramento na Universidade de Burgos, da autoria de Eduardo Méndez-Quintas, com o título de *Caracterización y variabilidad tecnomorfológica de las indústrias achelenses de la Cuenca Baja del Río Miño (NO de la Península Ibérica)* (Méndez-Quintas, 2017).

Os resultados destes trabalhos motivaram, entretanto, o desenvolvimento de um projecto transfronteiriço centrado no estudo conjunto dos vestígios arqueológicos existentes em ambas as margens do Baixo Minho. Reunindo investigadores de ambos os lados da fronteira, decidiu-se assim apresentar à Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), em 2015, um Plano de Investigação Plurianual de Arqueologia (PIPA), visando o estudo dos testemunhos arqueológicos associados à presença dos primeiros habitantes do Baixo Minho em ambos os lados da fronteira. O projecto centrou, porém, a sua atenção na margem esquerda do rio, procurando colmatar a desigualdade de conhecimentos que sobre o tema se afiguram evidentes entre as duas margens.

Uma primeira síntese dos resultados das numerosas prospecções, pontuais sondagens e escavação entretanto realizada, foi apresentada em novembro de 2017 no II Congresso dos Arqueólogos Portugueses, organizado pela Associação dos Arqueólogos Portugueses (Cunha-Ribeiro *et alii*, 2017).

Tais trabalhos incidiram, em particular, no concelho de Melgaço e na zona ribeirinha mais a montante do concelho de Monção, apenas abrangendo algumas das prospecções efectuadas sectores do vale a jusante. A situação deveu-se, em boa medida, aos promissores resultados obtidos na área onde se realizaram os primeiros trabalhos, indiciando uma realidade arqueológica que estava longe de ser esperada e que ainda apresenta pela frente muito trabalho a desenvolver.

Poderemos, por isso, com propriedade, centrarmo-nos neste breve artigo no Paleolítico de Melgaço. Isto é, no que já hoje se conhece sobre os vestígios deixados pelos primeiros habitantes no actual território do concelho de Melgaço. Não deixando naturalmente de procurar relevar o valor e o papel de tais reminiscências arqueológicas para um concelho rico em património edificado e em património arqueológico.

Sendo o património, na sua expressão mais ampla, o conjunto variado de testemunhos do passado que até nós perduraram, cujo conhecimento contribui decisivamente para a afirmação da nossa actual identidade, é no reconhecimento da sua existência e na compreensão do seu significado que tal valia se materializa.

Melgaço é neste domínio um concelho particularmente privilegiado pela variedade e riqueza do seu património, impondo-se, pois, nesse contexto identificar, estudar e divulgar os vestígios mais antigos de tal realidade: os testemunhos materiais da passagem pelo seu território dos primeiros homens que chegaram ao Noroeste da Península Ibérica. Procurando neles vislumbrar o que nos trazem de novo para o conhecimento do comportamento destes nossos longínquos antepassados e em que medida tais vestígios podem e devem contribuir para a própria valorização do já rico património de Melgaço.

Não é um desafio fácil para um território que abrange 10 Monumentos Nacionais, outros tantos Imóveis de Interesse Público e um Sítio de Interesse Público. Onde se integra a monumentalidade do Castelo e das Muralhas da Vila de Melgaço, a rusticidade do Castelo de Castro Laboreiro ou as românicas igrejas dos seus medievais conventos. Para não falar, em termos mais arqueológicos, da Cividade de Paderne, enquanto testemunho de um povoado da Idade do Ferro, com manifestos indícios de ulterior romanização, e da necrópole megalítica do planalto de Castro Laboreiro, com mais de seis dezenas de monumentos megalíticos e vestígios de arte rupestre associáveis às remotas sociedades neolíticas do IV e V Milénios a.C. E isto se nos limitarmos apenas a referir Imóveis e Sítios classificados.

Os dados até há pouco conhecidos sobre a presença de vestígios paleolíticos em Melgaço eram bem parcos. Como já anteriormente se referiu, a sua existência tinha sido pela primeira vez publicitada com a divulgação das peças líticas talhadas encontradas por Abel Viana no início dos anos trinta em Pêso, Melgaço. Depois disso apenas se conhecia, por referências indirectas, a descoberta de materiais similares em Fiães e, mais recentemente, assinalara-se a pontual recolha por José Maia Marques, nos anos oitenta, de materiais líticos de cronologia paleolítica em Remoães.

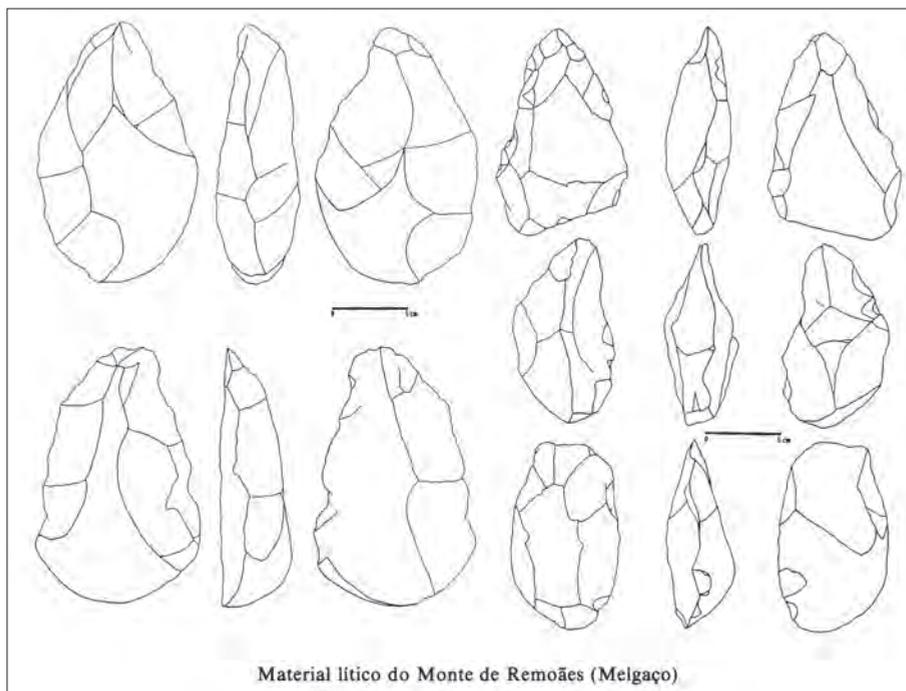


Fig. 6 – Desenho de bifaces recolhidos no “Monte de Remoães”, nos anos oitenta (Maia Marques 1986)

Este breve relato dos primeiros achados de vestígios paleolíticos no Concelho de Melgaço necessita, porém, de ser revisto. De acordo com a *Resenha Histórica da Freguesia de Prado*, hoje integrada na União de Freguesias do Prado e Remoães, “Rocha Peixoto aí encontrou vestígios de cerâmica ornamentada em alguns sítios arqueológicos desta freguesia e particularmente no Monte do Prado sobranceiro ao rio Minho. São peças em pedras lascadas, da Idade da Pedra, e objectos em cerâmica com ornamentações ou outros utensílios, de épocas também longínquas mas posteriores”⁸. Embora a descrição de tais factos não se encontre documentada nas publicações que Rocha Peixoto (1866-1909) nos legou, certo é que ela serviu de base temática para a definição das armas da freguesia de Prado pela Comissão Heráldica da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Daí resultou a definição de um “Escudo verde, com grelha de ouro, acantonada de duas pedras lascadas, postas em pala, e duas peças de cerâmica castreja, tudo de prata. Coroa mural de prata de três torres”. Realidade esta bem peculiar, de que desconhecemos qualquer outro paralelo.

⁸ <http://www.cm-melgaco.pt/viver/municipio/juntas-de-freguesia/uniao-de-freguesias-pradoremoaes/#toggle-id-4>



Fig. 7 - Brasão da Freguesia de Prado, recentemente associada à Freguesia de Remoães, onde se pode observar a figuração de duas peças líticas talhadas.

Sendo António Augusto da Rocha Peixoto (1866-1909) um reconhecido arqueólogo e etnólogo, ligado à formação da Sociedade Carlos Ribeiro e à edição da histórica revista *Portugália*, não deixa de ser aparentemente estranho que não tenha divulgado os achados por ele putativamente realizados no Monte Prado.

A existência, o significado e a importância de tal tipo de materiais não eram por ele ignoradas. Na própria *Revista de Ciências Naturaes e Sociaes*, editada pela Sociedade Carlos Ribeiro, havia, aliás, associado um estudo publicado pelo arqueólogo Fonseca Cardoso (1865-1912) sobre uma “estação cheleana do Vale de Alcântara”⁹, em Lisboa, entre o que ele expressivamente designava por “estudos de paleo-etnologia” (Veiga de Oliveira, 1966).

Por outro lado, nos seus múltiplos trabalhos sobre várias regiões do país não são poucas as suas referências a Castro Laboreiro e a Melgaço. Por lá terá passado nas suas explorações etnológicas e aí se documentou para alguns dos estudos que publicou. Assim sucedeu, por exemplo, com as fotografias de casas tradicionais de Castro Laboreiro e Melgaço que inseriu no estudo sobre *A Casa Portuguesa*, que publicou em 1905 (Peixoto, 1905), ou com as referências e ilustrações a trajes de Castro Laboreiro que integrou no seu posterior artigo sobre “O Traje Serrano” (Peixoto, 1907). Numa publicação póstuma de Rocha Peixoto sobre a sobrevivência de regimes comunitários em Portugal conhecem-se ainda referências do autor a actividades económicas da população de Castro Laboreiro, que à época lhe propiciavam relações com populações vizinhas, nomeadamente de Melgaço (Peixoto, 1909).

⁹ O termo “cheleano” era à época utilizado para designar indústrias líticas similares às indústrias acheulenses do Paleolítico Inferior, mas dela consideradas mais antigas e menos evoluídas.

Sabe-se também que se terá deslocado mais do que uma vez para Pêso, em Melgaço, procurando tratamento nas águas termais locais. Numa carta endereçada ao Etnólogo elvense António Tomás Pires, com quem se correspondeu, dessa mesma intenção dava conta em 2 de agosto de 1905, solicitando que o envio de correspondência lhe fosse dirigido para o Hotel Esteves, onde se instalaria (Gama, 1966). De forma mais documentada conhece-se ainda a sua posterior vilegiatura em Pêso, em agosto de 1908, pelo testemunho que um dos seus convivas locais dela deixou mais tarde, num artigo memorialista publicado no jornal *Estrella Povoense*, da Póvoa de Varzim, após a morte de Rocha Peixoto (A.D., 1909). Esse pequeno grupo de convivas, que Rocha Peixoto gostava de designar por *Academia*, ocupava o seu tempo após os tratamentos aquistas em animadas conversas onde se destacava a erudição e fluência do etnólogo e arqueólogo, organizando ainda “digressões de recreio e de estudo” pelas redondezas, visitando frequentemente alguns dos elementos patrimoniais mais relevantes aí existentes.

Não será, pois, de estranhar que a recolha dos vestígios arqueológicos no Monte de Prado tenha ocorrido numa destas digressões. E que Rocha Peixoto desde logo tivesse distinguido entre tais achados a presença de “cerâmica ornamentada” e de pedras lascadas mais antigas, que terá associada à Idade da Pedra, designação então comumente usada para referir os primeiros tempos da humanidade paleolítica. E se a inesperada e prematura morte de Rocha Peixoto alguns meses depois, em maio de 1909, terá obstado à divulgação destas descobertas, não se poderá deixar de reconhecer que a ele se deve certamente não só a descoberta dos primeiros vestígios do homem paleolítico não apenas em Melgaço, mas também no próprio vale do rio Minho.

O que em nada desvaloriza a descoberta por Joaquim Fontes, quinze anos depois, da jazida pré-histórica de Camposancos. Nem tão pouco diminui o valor da posterior publicação das recolhas de materiais líticos talhados de cronologia paleolítica realizadas, poucos anos mais tarde, por Abel Viana em Peso, em Melgaço.

Tendo procurado estribar a sua formação como autodidata no contacto com arqueólogos de nomeada da época, Abel Viana estabeleceu com José Leite Vasconcelos uma expressiva troca epistolar (Cardoso e Coito, 2014-2015). Numa dessas cartas dá testemunho entusiasmado destes novos achados na região do Minho e em particular em Melgaço, demonstrando a intenção de os mostrar pessoalmente a Leite de Vasconcelos, para o que se terá deslocado a Lisboa entre 21 e 23 de abril de 1930. Na sua visita ao Museu Etnológico não se conseguiu encontrar, porém, com o antigo Director do Museu, já então aposentado, tendo sido recebido por Manuel Heleno (1894-1970), na companhia de Félix Alves Pereira (1865-1936), levando consigo as “três peças da estação paleolítica que descobri em 14 do mês passado [abril], em Pêso, Melgaço”.

Na publicação posterior de tais achados, que vai dar à estampa no mesmo ano na revista *Portvcafe*, refere que “Em 14 de Abril, deste ano, tive ocasião de explorar parte dos terrenos, à beira-rio, algumas centenas de metros a Sul das importantes nascentes minero-medicinais de Melgaço” (Viana, 1930, p. 34), descrevendo em seguida os “três instrumentos chelenses” que aí encontrou, de que inclui cuidados desenhos no próprio artigo. Enganou-se, porém, manifestamente na coordenada

geográfica que indica para o sítio onde realizou os achados, pois se este estivesse a sul das termas, como diz, estariam bem longe do rio, a meia encosta da Cividade de Paderne. Muito provavelmente a sua situação seria a oposta, correspondendo à zona das veigas adjacentes ao rio Minho, que surgem logo após este passar por um troço do seu vale bem encaixado, marcado na margem esquerda por uma vertente particularmente abrupta.

Em todo caso, estaria longe da área onde Rocha Peixoto teria recolhido as primeiras peças talhadas da Idade do Gelo, que corresponderia a uma elevação situada um pouco mais para montante e não muito longe da Vila de Melgaço, numa zona que até há bem pouco tempo correspondia ao território da freguesia de Prado. Desconhecendo certamente Abel Viana tal realidade, tanto mais que as relações entre Rocha Peixoto e o seu venerado Mestre José Leite Vasconcelos nunca foram de grande proximidade e de mútuo apreço (Pereira, 1993-1994).

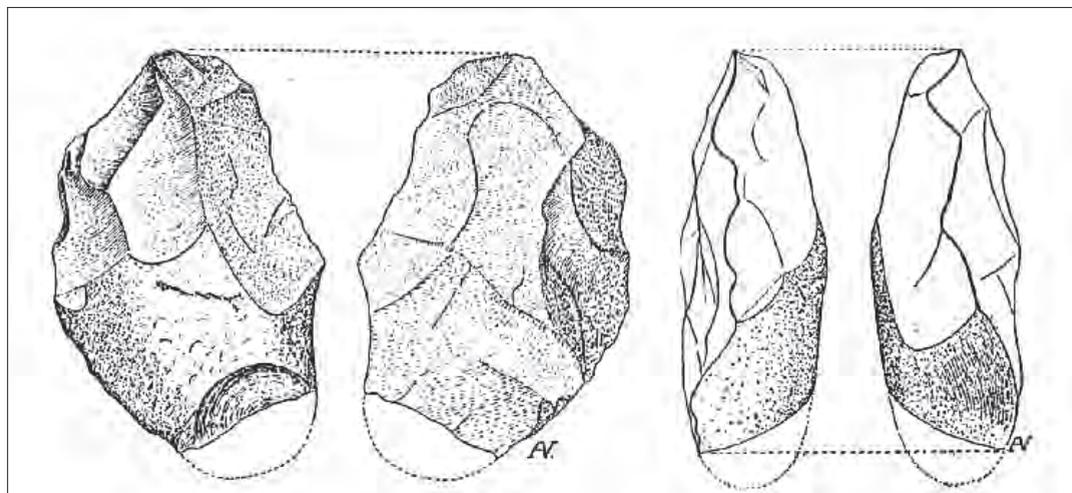


Fig. 8 – Peça talhada bifacialmente recolhida por Abel Viana em Pêso, no Concelho de Melgaço (Viana 1930)

Terá sido também pela mesma altura que se encontraram materiais de “tipo chelense” em Fiães, “próximo de Castro Laboreiro” [?] (Paço, 1934). Desconhece-se, porém, o sítio exacto da descoberta, bem como as características, o número e a quantidade de peças recolhidas. Tão pouco se sabe quem as terá encontrado. Apenas se admite que o achado ocorreu na altura em que Abel Viana encontrou em Pêso as mencionadas três peças lascadas ou pouco depois, pois Afonso do Paço, que notícia a sua descoberta em 1934, menciona explicitamente que o seu estudo estaria a ser desenvolvido por Rui de Serpa Pinto, que não o terá levado por diante com a sua prematura morte, em 1933.

Mas depois destes primeiros achados de materiais paleolíticos em Melgaço nada mais se adiantou de significativo sobre o conhecimento da presença do homem paleolítico no concelho. As primeiras descobertas caíram mesmo no esquecimento, dispersando-se algumas das peças então exumadas pelas prateleiras de alguns museus nacionais, onde surgem como pouco mais do que um testemunho da presença de vestígios (residuais) do homem paleolítico no extremo setentrional do país, a par das publicações que sobre elas nos foram deixadas.

E pouco se alterou esta situação com a isolada descoberta de peças líticas talhadas na área do Monte de Remoães, nos anos oitenta (Maia Marques, 1986). Numa área não muito distante daquelas onde anos antes se haviam encontrado artefactos em pedra talhada associáveis ao Paleolítico – entre o Monte Prado a nordeste, e as veigas de Remoães, a este - José Maia Marques recolheu no Monte de Remoães “vários núcleos, lascas e, sobretudo, seixos afeiçãoados e bifaces”, com as superfícies e arestas de talhe não muito alteradas, que associou à eventual presença de um terraço do rio Minho. Mas se a descoberta se revelava promissora para o seu autor, tais trabalhos não tiveram a continuidade desejável e dela nos resta também a breve descrição do achado e desenhos de alguns dos bifaces encontrados.

Foi com esta realidade como ponto de partida que iniciámos o nosso projecto de estudo sobre os primeiros habitantes do Baixo Minho, apresentando um Projecto de Investigação Plurianual de Arqueologia (PIPA) à Direcção Geral do Património Cultural (DGPC), com o acrónimo Miño-Minho 2. O objectivo, como já referimos, era proceder à prospecção e estudo dos vestígios da ocupação humana paleolítica ao longo da margem esquerda do rio Minho, com o intuito de procurar alcançar um maior equilíbrio sobre o conhecimento de tais realidades entre ambas as margens do Baixo Minho.

O plano era e é, porém, mais ambicioso, porque o seu objectivo final pretende proceder ao estudo do Paleolítico em ambas as margens do rio, em toda a área que corresponde ao Baixo Minho, que convencionalmente se estende desde a fronteira com a Galiza, na confluência do rio Trancoso com o rio Minho, até à sua foz, num trajecto de mais de sete dezenas de quilómetros que coincide com o sector do rio que delimita a fronteira entre os dois estados ibéricos. Daí a sua designação genérica de Miño-Minho, reservando-se o acrónimo Miño-Minho 2 para o projecto de quatro anos apresentado à Direcção Geral do Património Cultural e que se encontra a decorrer.

Mas mesmo este, pela amplitude do território abrangido, surgia obviamente como uma primeira etapa de um mais vasto trabalho. E a decisão de começar por Melgaço e pelas áreas mais próximas do vizinho concelho de Monção, a zona mais a montante do sector do rio abrangido, foi acima de tudo determinada por um critério de desenvolvimento progressivo do projecto ao longo do rio, de montante para jusante. Procurando-se ao mesmo tempo acompanhar no mesmo sentido a presença dos depósitos geológicos do rio Minho aos quais surgem em geral associados estes materiais arqueológicos.

Os vestígios conhecidos em Melgaço – e publicados – eram exíguos. Todavia, a descoberta nos anos noventa de uma jazida paleolítica do outro lado do rio, no concello galego de Arbo, no sítio de O Cabrón, quase defronte do Monte de Prado, não deixava de chamar à atenção para o potencial arqueológico da região relativamente a uma realidade bem mais antiga do que a fronteira política que o rio hoje marca (Méndez-Quintas *et alii* 2013; Méndez-Quintas, 2017). Tanto mais que o estudo sistemático desta jazida paleolítica, a partir de 2010, a transformou numa das mais importantes do Noroeste Peninsular e num local de referência para o próprio estudo do paleolítico na Península Ibérica.

Dirigidos por Manuel Santonja, Alfredo Pérez González e Eduardo Méndez-Quintas, os trabalhos de escavação realizados em O Cabrón permitiram recolher quase cinco mil peças líticas associáveis às indústrias acheulenses do Paleolítico Inferior (Méndez-Quintas *et alii* 2013; Méndez-Quintas, 2017). Boa parte das quais relacionadas com dois distintos momentos do preenchimento do fundo de um pequeno vale actualmente suspenso sobre o entalhado leito em que o rio Minho, mais recentemente, aí se encaixou. A aplicação a estes achados de métodos de datação radiométrica recentemente desenvolvidos, permitiu considerar tais vestígios da presença do homem paleolítico no local como anteriores, pelo menos, a 100 000 anos.

Por outro lado, quando iniciámos as primeiras intervenções do nosso projecto no território da actual União de Freguesias de Messegães, Valadares e Sá, já no vizinho concelho de Monção, mas confinante com o concelho de Melgaço, foi-nos dada a conhecer a existência de um importante conjunto de materiais líticos talhados oriundos da freguesia de Penso, do concelho de Melgaço. O achado de tais peças havia ocorrido muitos anos antes, ainda nos anos oitenta, após a abertura da estrada que liga as povoações de Paradela e Lage da freguesia de Penso, nas imediações do Monte Castro. No talude em saibro criado pela estrada no lugar da Valinha, um jovem habitante local recolheu um pouco mais de uma centena de peças líticas talhadas, atraído pela sugestiva morfologia de alguns desses materiais, que lhe recordavam objectos arqueológicos que tinha encontrado nos manuais dos seus tempos de escola.

Passado todos estes anos, o jovem de então, o Sr. José da Purificação Rodrigues Cardoso, morador em Paradela, tendo ciosamente guardado tais peças, quando soube da nossa presença em Messegães e tomou conhecimento dos objectivos dos nossos trabalhos, decidiu connosco partilhar a sua descoberta, não só amavelmente disponibilizando para estudo a colecção, como indicando e acompanhando-nos ao local dos achados.

Mas se a visita ao local se revelou inconclusiva, dado o amplo revolvimento da área de proveniência das peças pela posterior construção de um parque de merendas hoje vetado ao abandono, a sumária caracterização dos materiais talhados permitiu algumas ilações mais explícitas sobre a realidade arqueológica aí encontrada, a par da persistência de interrogações desafiantes sobre as suas aparentes e peculiares condições de jazida e estado de conservação.



Fig. 9 – Área a sul de Monte Castro onde se recolheram materiais líticos talhados associáveis às indústrias acheulenses

A presença de um expressivo número de bifaces, quase sempre sobre seixos rolados de quartzito, a par de um número não menos representativo de machados de mão, permite associar claramente o conjunto às indústrias acheulenses do Paleolítico Inferior. A colecção integra ainda um número de lascas e de núcleos que pela sua proporcional representatividade conferem ao conjunto significativa homogeneidade, testemunhando ao mesmo tempo a perspicácia do responsável pela sua recolha. Esta homogeneidade é também reforçada pelo estado físico de praticamente todas as peças, cujas arestas de talhe se apresentam significativamente boleadas.

A descoberta desta colecção num local relativamente afastado do rio Minho, a uma altitude de mais de 200 m sobre o seu actual leito e numa posição topograficamente sobranceira ao vale, para onde estes materiais terão sido expressamente transportados pelo homem paleolítico, não era à partida expectável, mesmo se na margem oposta do Baixo Minho se conhecem alguns, poucos, achados de materiais acheulenses afastados do rio e dos seus depósitos sedimentares. Mas se esta singularidade nos dá localmente testemunho da diversidade de estratégias de ocupação do território associadas ao homem de então, as condições que determinaram o forte boleamento das suas arestas estão ainda por determinar, não se afastando, portanto, a necessidade de tentar novamente definir o contexto da sua proveniência e as alterações que tais achados naturalmente sofreram.



Fig. 10 – Biface de quartzito sobre lasca, com as arestas de talhe muito boleadas, recolhido na jazida de Monte Castro

Os trabalhos de prospecção arqueológica desenvolvidos no Concelho de Melgaço ao longo dos últimos anos no âmbito do projecto Miño-Minho direccionaram-se, porém, para a zona adjacente ao rio Minho, entre a confluência do rio Porto, a montante, e a da ribeira da Folia, a jusante. Abarcando as áreas onde anteriormente se havia assinalado a presença de materiais líticos talhados de cronologia paleolítica. Englobava-se desta forma a superfície aplanada do Monte de Prado que se estende até às imediações de Remoães, delimitada a noroeste pelo vigoroso encaixe do rio Minho e recortada por pequenas linhas de água cujo caudal pouco expressivo não permitiu acompanhar o entalhe do rio Minho, bem como a área das Veigas, que em seguida se desenvolve para nordeste de Remoães.

Na primeira zona referida encontra-se actualmente sediado o Complexo Desportivo e de Lazer do Monte Prado, com várias infraestruturas cuja construção não deixaram de alterar parcialmente a sua topografia original. As zonas envolventes, por outro lado, encontram-se amplamente florestadas, dificultando a observação do solo e a identificação de eventuais materiais arqueológicos à superfície. Isso não obstou a que no reconhecimento da área tivéssemos recolhido algumas peças talhadas, isoladas, não sendo de descartar por isso mesmo a possibilidade de se vir a identificar um local onde a sua presença possa ser relacionada com a preservação de uma jazida arqueológica em que os testemunhos do homem paleolítico se revelem mais expressivos e a posição em que se encontrem depositados minimamente esclarecedora. Existem nas imediações, aliás, vestígios remanescentes de terraços do rio Minho representados por depósitos de seixos rolados que constituiriam uma potencial fonte de aprovisionamento da matéria prima indispensável para o fabrico das ferramentas talhadas pelo homem paleolítico. Por outro lado, a jazida de O Cabrón situa-se do outro lado do rio, revelando a preservação de depósitos sedimentares com interesse arqueológico numa posição que permite admitir a eventual ocorrência de situações algo similares na área em apreço. O que claramente justifica a continuação e alargamento das prospecções já aí realizadas.



Fig. 11 – Recolha do triedro da fig. 3 no talude junto do estradão que do Centro Hípico, a meia encosta do Monte Prado, desce para a zona da Quinta da Veiga

Resultados bem mais promissores, porém, resultaram das primeiras propeções realizadas nas imediações da Quinta da Veiga, na zona das Veigas de Remoães. Onde já muito provavelmente Abel Viana havia recolhido, em 1930, três artefactos líticos talhados.

Os vestígios que no local inicialmente detectámos surgiam também isoladamente, em áreas junto dos caminhos adjacentes à Quinta da Veiga ou em cortes que localmente seccionam depósitos de seixos talhados. A sua presença surgia, contudo, de forma bem mais concentrada num terreno a norte, mais próximo do rio Minho, ocupado por uma vinha de plantio recente. Este mesmo plantio tinha determinado o rebaixamento da cota do terreno, aparentemente ocupado pela superfície original de um terraço fluvial do rio Minho, tendo-se acumulado boa parte dos seixos rolados de quartzito removidos em torno do sopé das videiras e na extremidade sudoeste da própria vinha. Entre esses seixos rolados puderam-se recolher numerosas peças talhadas, incluindo mesmo alguns bifaces e machados de mão, o que tornava explícita a sua associação às indústrias acheulenses do Paleolítico Inferior.



Fig. 12 – Aspecto do plantio da vinha no terreno adjacente ao rio Minho, localizado a norte da Quinta da Veiga, observando-se o amplo revolvimento superficial dos depósitos de cascalho aí existentes (Foto Méndez-Quintas, 2010).

Esta realidade levou a concentrar os esforços do nosso projecto na realização de uma primeira campanha de sondagens na área descrita, procurando realizar de início sondagens de diagnóstico num terreno adjacente à vinha ocupado por uma incipiente mata de Carvalhas. Evitava-se assim qualquer intervenção que se revelasse danosa para a vinha, não deixando de tentar obter uma leitura do desenvolvimento local dos depósitos de forma perpendicular ao actual leito do rio, através da abertura de uma série de sondagens espaçadas entre si. Como de imediato verificámos que o sector intervencionado se localizava fora do antigo canal fluvial ocupado pelo terraço onde se encontra actualmente plantada a vinha, optou-se ainda no primeiro ano das escavações (2016) por abrir, com recurso a meios mecânicos, uma ampla sondagem que permitisse observar o desenvolvimento do depósito de terraço imediatamente a sudeste da vinha, numa área ocupada por mato e com algumas árvores frondosas.

Os resultados obtidos não podiam ter sido mais promissores. As sondagens inicialmente realizadas no terreno ocupado pela mata das carvalhas permitiram verificar, como referimos, que o depósito fluvial inicialmente identificado para nascente se circunscrevia a área ocupada pela vinha, delimitando a sua secção. Nalgumas das sondagens mais próximas do rio os depósitos finos encontrados eram manifestamente recentes, tendo permitido a pontual identificação de algumas estruturas associadas a práticas agrícolas históricas, aparentemente relacionadas com a presença de uma linha de água que hoje dificilmente se identifica no terreno. Mais para sul, porém, as sondagens depararam com a presença, a pouca profundidade, de afloramentos graníticos com características similares aqueles que ainda hoje se encontram amiúde no meio do actual leito do rio Minho, servindo até por vezes, nos casos em que se encontram próximos das margens, de apoio às tradicionais pesqueiras.

Numa das sondagens (Sondagem 4 – 2016), a superfície do afloramento granítico apresentava-se coberta por um depósito fino de inundação que embalava uma indústria lítica talhada, integrando peças com arestas de talhe relativamente avivadas ou pouco boleadas. Entre os materiais recolhidos predominavam as lascas e os núcleos, assinalando-se ainda a presença de alguns, poucos, bifaces que se destacavam em geral pelo seu modesto tamanho.

Tendo-se associado a área intervencionada ao topónimo Carvalhas, optou-se por denominar a realidade arqueológica identificada na sondagem referida como *Locus 1*, procurando-a distinguir dos vestígios arqueológicos que na mesma campanha se exumaram na vala de sondagem aberta por meios mecânicos com um alinhamento sensivelmente perpendicular ao das primeiras sondagens.



Fig. 13 – Sondagem mecânica aberta em 2016 entre os Loci 2 e 3 na área das Carvalhas



Fig. 14 – Área de escavação aberta no *Locus 1* durante a campanha de 2016

Aí, a sudeste da vinha, pode-se identificar a presença de depósitos fluviais constituídos por vários níveis de cascalheiras e de areias associados ao preenchimento de um antigo canal por onde o rio Minho circulou quando o seu leito não se encontrava ainda encaixado à altitude do seu actual nível. Mas no sector mais a nascente desta vala de sondagem surgiam, contudo, depósitos igualmente grosseiros, com uma disposição e organização dos materiais que indiciava a sua proveniência de depósitos fluviais mais antigos, deixados pelo rio Minho a altitudes superiores, provavelmente na superfície de aplanamento que para montante se prolonga até ao Monte de Prado, cujo dismantelamento terá levado ao seu deslizamento ao longo da vertente adjacente. De acordo com as observações então realizadas no corte da vala de sondagem, os depósitos de vertente parecem intercalarem-se com os níveis de sedimentação que foram colmatando o canal fluvial e que correspondem ao terraço fluvial originalmente observado no terreno onde foi implantada a vinha. E se na remoção destes últimos depósitos pudemos recolher naturalmente materiais líticos talhados similares aos encontrados na superfície da actual vinha, idênticos vestígios associáveis às indústrias acheulenses foram também encontrados nos depósitos de vertente. Como na encosta contígua, por onde serpenteia a estrada que conduz ao Centro Hípico de Melgaço, se recolheram à superfície peças líticas talhadas, põe-se a hipótese de podermos estar ou não perante testemunhos de dois distintos momentos da presença do homem paleolítico na região. Um associado à presença de tais indústrias nas áreas adjacentes mais elevadas, cujos materiais terão sido pelo menos parcialmente dismantelados e remobilizados ao longo da vertente, enquanto outro, mais recente,

seria contemporâneo da colmatção do antigo canal fluvial do rio Minho. Em alternativa, estes últimos materiais teriam sido integrados nos depósitos do terraço depois de transportados ao longo da vertente, podendo assim corresponder o conjunto dos vestígios recolhidos na vala de sondagem a um único momento da presença do homem paleolítico na região.



Fig. 15 – Biface e machado de mão em quartzito recolhidos próximos da base da sondagem aberta no *Locus 3*

Em todo caso, optou-se em 2016 por associar os materiais conectados com o terraço fluvial do rio Minho ao *Locus 2* da jazida das Carvalhas e as restantes peças, integradas nos depósitos de vertente, ao *Locus 3*. Reconhecendo-se que uma melhor interpretação desta realidade deveria decorrer da continuação da escavação no local em futuras campanhas de trabalho de campo e do subsequente estudo exaustivo do espólio recolhido.

Ainda em 2016, no decurso dos trabalhos de escavação realizados na jazida das Carvalhas, contamos com a presença de uma equipa de investigadores da Universidade de Adelaide, na Austrália, Lee Arnold e Martina Demuro, que aí recolheram amostras no depósito de terraço fluvial para tentar obter datações por métodos radiométricos, com recurso ao método de luminescência por estimulação óptica (OSL), cujos resultados aguardamos e serão processados no âmbito de um projecto de datações em jazidas contemporâneas ibéricas liderado pelos referidos investigadores.



Fig. 16 – Recolha de amostras para datação por OSL na zona da Quinta da Veiga (*Locus 4*)

Uma outra amostra para datação foi ainda recolhida nos depósitos finos representados no cruzamento junto da Quinta da Veiga, em cujo corte tínhamos recolhidos algumas peças talhadas que se afiguravam associadas a uma realidade arqueológica distinta das representadas nos sítios anteriormente referenciados e que designámos por *Locus 4* da jazida das Carvalhas.

Os resultados da sondagem que aí se realizou na campanha de 2017 estiveram, contudo, longe das expectativas iniciais. A presença nas imediações de materiais detriticos associáveis a um terraço do rio Minho mas revolvidos por actividades de mineração da época romana, bem como a eolização de boa parte das peças talhadas recolhidas na sondagem, revelaram uma realidade bem mais complexa e para já não conclusiva.



Fig. 17 – Pequeno biface sobre lasca de quartzito recolhido no derrube do corte que secciona a área correspondente ao *Locus 4* da jazida das Carvalhas

Neste último ano de trabalhos, apesar de razões logísticas diversas terem impedido a continuação dos trabalhos nos *Loci 2* e *3*, a intervenção arqueológica realizada na jazida das Carvalhas incidiu essencialmente no *Locus 1*, com o alargamento da área escavada. Foi assim possível recolher uma expressiva indústria lítica de várias centenas de peças talhadas, cujo estudo se espera publicar em breve, perceber parcialmente as particulares condições de preservação de tal ocupação e reconhecer, ao mesmo tempo, zonas de perturbação do nível arqueológico pela realização de trabalhos agrícolas relativamente recentes, aparentemente relacionados com a necessidade de drenagem de algumas áreas agrícolas adjacentes.

Também aqui se impõe a continuação dos trabalhos, visando um melhor esclarecimento da natureza da ocupação do local, da sua cronologia e das características tecnológicas dos materiais líticos talhados aí exumados.

Tendo-se assim concentrado boa parte dos esforços desenvolvidos no âmbito do projecto Miño-Minho no concelho de Melgaço e, em particular, na jazida das Carvalhas, podemos concluir que tal aposta não se revelou improcedente. Depois de duas campanhas de trabalho, realizadas em 2016 e 2017, dispomos hoje de um conjunto de dados particularmente expressivo da passagem pelas terras de Melgaço dos primeiros homens que colonizaram o Noroeste Peninsular há centenas de milhares de anos.



Fig. 18 – Realização do inventário dos materiais líticos exumados nas duas primeiras campanhas de escavação efectuada na área do Concelho de Melgaço.

Suspeitando que em Melgaço terão sido realizados os primeiros achados de vestígios da presença do homem paleolítico na região, aí recolhemos agora colecções de peças arqueológicas associáveis a estes primeiros habitantes numericamente expressivas. Mas também susceptíveis de permitirem caracterizar tecnologicamente os seus processos de fabrico e de, ao mesmo tempo, nos darem dados sobre os constrangimentos que acompanhavam a escolha das matérias-primas usadas e as condições em que se processava o seu aprovisionamento. E se com tais elementos poderemos tentar delinear parte das estratégias de sobrevivência por eles adoptadas, os locais de proveniência desses mesmos vestígios indiciam algumas das suas distintas estratégias de ocupação do território. Instalavam-se nalguns casos junto às linhas de água, noutros prefeririam ocupar locais não muito distantes, mas em sítios a elas sobranceiros onde tinham fácil acesso às matérias-primas necessárias para a manufactura das suas ferramentas em pedra. Pontualmente fixavam-se ainda em locais afastados do rio, em pontos altimetricamente mais elevados, para onde tinham de transportar as suas ferramentas ou os suportes de matéria-prima que as permitiam depois fabricar, certamente procurando tirar partido dos distintos recursos a que localmente poderiam aceder e/ou da estratégica posição dos sítios para o efeito escolhidos. Poder-se-ia até dar o caso de esta situação ser bem mais frequente do que o registo arqueológico nos permite documentar, dado que as condições de sedimentação que dão origem ao desenvolvimento de depósitos capazes de preservar tais testemunhos são mais fáceis de ocorrer nas zonas mais baixas e menos declivosas dos vales.



Fig. 19 – Aspecto do vale do rio Minho a jusante de Monte Prado, assinalando-se a localização dos principais sítios com vestígios da presença do homem paleolítico aí estudados

Mas se sobre estas questões podemos já esboçar algumas ideias e sugerir outras, temos consciência do muito que ainda há por fazer e a descobrir. Será possível vir a encontrar no Baixo Minho e em Melgaço, em particular, vestígios da presença do homem anteriores ao aparecimento das indústrias acheulenses, como está devidamente documentado noutras regiões da Península? E as indústrias acheulenses locais, que por ora testemunham a mais antiga presença do homem na região, desenvolveram-se a partir das ferramentas mais primitivas dos primeiros homens que chegaram à Península ou vieram de África, onde eram há muito conhecidas, com uma segunda vaga humana colonizadora da Península Ibérica, como sugere o recente estudo publicado sobre a vizinha jazida de Porto Maior, no concelho galego de As Neves (Méndez-Quintas *et alii*, 2018)?

E se comprovadamente o património arqueológico do concelho de Melgaço deverá concorrer para o avanço dos nossos conhecimentos sobre como, quando e em que circunstâncias os primeiros homens chegaram remotamente a esta área da Península, importa também que ele seja não só conhecido e destacado pela população local, como possa também contribuir para a valorização do próprio território.

Longe vão os tempos em que os arqueólogos, com a melhor das intenções, se preocupavam em encaminhar os seus achados para os museus centrais, conscientes de que aí encontrariam melhores condições para a sua preservação. O que se então era bem verdade, hoje está longe de corresponder

à realidade, quando as populações locais e os seus representantes são muitas vezes os primeiros e mais interessados em procurar identificar e divulgar os seus elementos identitários. Como sucede com o nosso próprio projecto, que não teria condições de implementação sem o total apoio que tem merecido da Câmara Municipal de Melgaço, da União de Freguesias de Prado e Remoães e da Freguesia de Penso, e da forma interessada como o seu próprio desenvolvimento tem sido acompanhado pelos seus principais responsáveis¹⁰.

E se a nós compete a máxima colaboração na divulgação deste projecto e dos seus resultados junto das populações locais e das suas diferentes comunidades, com natural destaque para a comunidade escolar, haverá que ser bem mais ambicioso. Prevendo a futura musealização dos achados mais significativos, a adequada memorialização dos seus mais importantes locais de proveniência e potenciando a valia de tais bens patrimoniais, em rede com os restantes municípios da Baixo Minho. Complementando nalguns casos, por exemplo, com novos pontos de interesse percursos pedestres já existentes, como sucede na própria área da jazida das Carvalhas.

É esse o natural futuro de um projecto como o Miño/Minho, onde se integram investigadores de diferentes origens, tanto no que diz respeito à sua nacionalidade, como em relação à sua filiação institucional. Juntando várias Universidades e Instituições de Investigação e a elas agregando as autarquias locais e outras instituições com responsabilidades no património da região e empenhadas na valorização do seu território.

Bibliografia

- A.D. (1909), Rocha Peixoto, Estrella Povoense, 23 de Maio de 1909, p. 2 (reeditado em «Rocha Peixoto. Depoimentos e Manuscritos», Selecção e notas de Flávio Gonçalves, Edição da Câmara Municipal de Matosinhos, 1966, p. 153).
- Aguirre, E. (1964), Las Gándaras de Budiño, Porriño (Pontevedra), Excavaciones Arqueológicas en España, 31, Ministerio de Educacion Nacional, Direccion General de Bellas Artes, Servicio Nacional de Excavaciones Arqueológicas, Madrid, 23 p.
- Bouza-Brey, F. e Alvarez Blázquez, J. M. (1953), Industrias paleolíticas do Baixo Miño (Concellos de A Guardia, O Rosal, Tomiño e Oya), Trabalhos de Antropologia e Etnologia, Vol. XIV, Fasc. 1-4, Porto, p. 5-65.
- Cardoso, F. (1895), Notas sobre uma estação chelleana no valle de Alcântara, Revista de Ciências Naturaes e Sociaes, Porto, 5, p. 10-21.
- Cardoso, J. L. e Coito, L. C. (2014-2015), Correspondência de Abel Viana a José Leite de Vasconcelos: Do mérito ao reconhecimento, O Arqueólogo Português, Série V, 4/5, p. 21-83

¹⁰ Não podemos deixar de destacar o particular e pessoal empenho no projecto Miño/Minho por parte do Doutor Manoel Batista, Presidente da Câmara Municipal de Melgaço, do Professor Maximiano Gonçalves, Presidente da União de Freguesias de Prado e Remoães, de Edgar Rodrigues, presidente da Junta de Freguesia de Penso e dos Drs Angelina Esteves e Abel Marques, técnicos superiores do Município.

- Cunha-Ribeiro, J. P., Monteiro-Rodrigues, S., Gomes, A., Méndez-Quintas, E., Meireles, J., Pérez-González, A., Santonja, M. (2017), Ocupações pleistocénicas da margem esquerda do Baixo Minho (Miño/Minho 2). Objetivos e primeiros resultados de um projeto transfronteiriço, *Arqueologia em Portugal / 2017 – Estado da Questão*, Associação dos Arqueólogos Portugueses, p. 303-318.
- Desprat, S.; Sánchez Goñi, M. F.; Turon, J. L.; Duprat, J.; Malaize, B. e Peyrouquet, J. -P. (2006), Climatic variability of Marine Isotope Stage 7: direct land-sea correlation from a multiproxy analysis of a north-western Iberian margin deep-sea core, *Quaternary Science Reviews*, 25, pp. 1010 -1026.
- Fábregas Valcarce, R., Alonso Fernández, S., Ameijenda Iglesias, A., Lazuén Fernández, T., Lombera Hermida, A., Pérez Alberti, A., Pérez Rama, Rodríguez Álvarez, X. P., Rodríguez Rellán, C., Serna González, M. R., Terradillos Bernal, M. e Vaquero Rodríguez, M. (2009), Nuevos resultados de las intervenciones arqueológicas en el sur lucense. Los yacimientos paleolíticos de la depresión de Monforte (Monforte de Lemos), Cova Eirós (Tricastela) e Valdavara (Becerreá), *Gallaecia*, 28, p. 9-32.
- Fontes, J. (1925a), Estação paleolítica de Camposancos (Pontevedra – Espanha), *Brotéria, Série mensal*, vol. I, fasc. I, pp. 7 -16
- Fontes, J. (1925b), La estación paleolítica de Camposancos, *Boletín da la Comisión Provincial de Monumentos Históricos y Artísticos de Orense*, VII, Ourense, pp. 241 -254.
- Gama, E. (1966), Cartas de António Augusto da Rocha Peixoto a António Tomás Pires e a António José Torres de Carvalho (1899-1907). Prefácio e notas de Eurico Gama, *Boletim Cultural. Número Comemorativo do I Centenário do Nascimento de Rocha Peixoto*, Edição da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, p. 89-120.
- Gaspar, R., Ferreira, J., Carrondo, J. e Silva, M. J. (2015), The use of quartz during the Upper Paleolithic and Early Mesolithic in Sabor valley (NW Iberia). The Foz do Medal case, *Quaternary International*, 424, pp. 98 -112.
- Giles Pacheco, F., Cano Pan, J. S., Santiago Pérez, A., Gutiérrez López, J. M., Mata Almonte, E., Gracia Prieto, J., Aguilera Rodríguez, L. e Prieto Reina, O. (2000), «Poblamiento paleolítico en la cuenca media y baja del río Miño. Sector la Guardia y Tuy (Pontevedra) y Cortegada (Orense). Secuencia cronoestratigráfica», in *Actas do 3º Congresso de Arqueologia Peninsular*, Vol. II, Porto, ADECAP, p. 101-121.
- Lautensach, H. (1945), Formação dos terraços interglaciários do Norte de Portugal e suas relações com os problemas da época glaciária, *Publicações da Sociedade Geológica de Portugal*, Porto, p. 46.
- Maia Marques, J. A. (1986), Materiais para a Arqueologia do Concelho de Melgaço, *Revista de Ciências Históricas*, Universidade Portucalense, Porto, p. 341-346.
- Meireles, J. (1991), As indústrias líticas pré-históricas do litoral Minhoto (Portugal) no seu contexto crono-estratigráfico e paleoambiental, *Dissertação de doutoramento na especialidade de Pré-história e História da Antiguidade*, Universidade do Minho, Braga, policopiado, 5 vols.
- Méndez-Quintas, E. (2007), El yacimiento achelense de As Gándaras de Budiño. La industria en facies fluvial, *Complutum*, Vol. 18, pp. 27 -45.
- Méndez-Quintas, E. (2017), Caracterización y variabilidad tecnomorfológica de las industrias achelenses de la Cuenca Baja del Río Miño (NO de la Península Ibérica), *Tesis Doctoral*, Universidad de Burgos, Escuela Interuniversitaria de Posgrado en Evolución Humana (CENIEH, Universidad de Alcalá, Universidad de Oviedo), 628 p.
- Méndez-Quintas, E., Santonja, M., Pérez-González, A. e Duval, M. (2013), Avance del estudio Geoarqueológico de

- la Cuenca Baja del Rio Miño (Pontevedra, España), VIII Reunión de Cuaternario Ibérico, La Rinconada, Sevilla.
- Méndez-Quintas, E., Santonja, M., Pérez-González, A. , Duval, M. , Demuro, M. e Arnold, L. J. (2018), First evidence of an extensive Acheulean large cutting tool accumulation in Europe from Porto Maior (Galicia, Spain), *Nature Scientific Reports*,) 8:3082 | DOI:10.1038/s41598-018-21320-1.
- Mortillet, G. (1883), *La Préhistoire. Antiquité de l'Homme*, C. Reinwald, Libraire-Éditeur, Paris, p. 658.
- Paço, A. do (1934), Carta paleolítica e epipaleolítica de Portugal, *Trabalhos da Associação dos Arqueólogos Portugueses Lisboa*, I, p. 43-47.
- Peixoto, R. (1905), A Casa Portuguesa, *Serões*, 2ª série, vol. I, p. 106-110, 209-214 e 318-322.
- Peixoto, R. (1907), O Traje Serrano, *Portugália*, Tomo II, fasc. 3, p. 360-389.
- Peixoto, R. (1908), Formas de Vida Communalista em Portugal. Sumario de uma monografia inédita, *Notas sobre Portugal, Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908. Secção Portuguesa*, Vol. I, Lisboa, p. 73-83
- Pereira, I. (1993-1994), Leite de Vasconcelos e Santos Rocha: reflexos da polémica Portugália, *O Arqueólogo Português*, Série IV, 11/12, p. 89-101.
- Santonja, M. e Pérez-González, A. (2010), Mid-Pleistocene Acheulean industrial complex in the Iberian Peninsula, *Quaternary International*, 223-224, p. 154-161.
- Santonja, M. e Pérez-González, A., Panera, J., Rubio-Jara, Susana e Méndez-Quintas, E. (2016), The coexistence of Acheulean and Ancient Middle Palaeolithic technocomplexes in the Middle Pleistocene of the Iberian Peninsula, *Quaternary International*, 411, pp. 367 -377.
- Serpa Pinto, R. de (1932), Notas para um plano de estudos geológicos entre Minho e Lima, *Anuário do Distrito de Viana do Castelo*, Vol. I, Viana do Castelo, pp. 27 -28.
- Teixeira, C. (1952), Os terraços da parte portuguesa do rio Minho, *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Tomo XXXIII, Lisboa, p. 221-246.
- Texier, J.-P. e Vidal Encinas, J. (1981) – Nuevas excavaciones arqueológicas en las Gándaras de Budiño. Primeros resultados. La estratigrafía, (Dáz del Olmo, F., Marquez Fernández, D., Rubio Recio, J.M., eds), *Actas de la V Reunión del Grupo Español de Trabajo del Cuaternario*, pp.
- TIXIER, J. (1956), Le Hachereau dans l'Acheuléen Nord-Africain. Notes typologiques, *Congrès Préhistorique de France*, XV^e Session, Poitiers-Angoulême, p. 914-923.
- V. Slon *et alii* (2017), Neandertal and Denisovan DNA from Pleistocene sediments, *Science* 10.1126/science.aam9695.
- Veiga de Oliveira, E. (1966), Rocha Peixoto e a Etnologia Portuguesa, *Boletim Cultural*. Número Comemorativo do I Centenário do Nascimento de Rocha Peixoto, Edição da Câmara Municipal da Póvoa de Varzim, p. 165-214.
- Viana, A. (1930), Estações Paleolíticas do Alto Minho. *Portvcaie*, vol. III, nº 15, Porto, p. 6-51.
- Viveen, W. (2013), Multi-scale Tectonic Controls on Fluvial Terrace Formation in a Glacioeustatically-dominated River System. Inferences From the Lower Miño Terrace Record. Wageningen University, Wageningen, The Netherlands (Phd thesis, 222p).